

PARA UMA REVISÃO DO CONCEITO DE “DEGRADAÇÃO DO TRABALHO”: RESENHA DE “TRABALHO E CAPITAL MONOPOLISTA” DE HARRY BRAVERMAN¹

Leila de Menezes STEIN²

Guilherme CARVALHO³

Rodrigo dos SANTOS⁴

Mariana Tonussi MILANO⁵

Géssica Trevizan PERA⁶

Sergio Antonio VECCHI JÚNIOR⁷

BRAVERMAN, H. **Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

Apresentação

Entendido por muitos pesquisadores como a principal obra da sociologia do trabalho das últimas décadas, o livro de Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*, descreveu como poucos as condições de trabalho em um período em que a economia de países ricos era predominantemente industrial. Publicado em 1974, o livro traz minúcias sobre mecanismos de controle de trabalho que teriam como resultado uma constante degradação do trabalho durante o século XX. Para escrever este livro, Braverman contou não apenas com seu aprofundado conhecimento das obras de Marx, denunciada pela utilização de categorias marxistas como “mais-valia”, “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, “divisão do trabalho”, a “relação homem-máquina” e pela linha metodológica evidentemente dialética. Seu recurso empírico parte de experiências próprias, em sua vivência como membro da classe operária e militante socialista nas fábricas dos Estados Unidos, nos heróicos anos 40. Oprimido e perplexo pela falta de

¹ Esta resenha foi elaborada com base nos debates em sala de aula durante a disciplina Sociologia do Trabalho e Sindicato, ministrada pela professora doutora Leila de Menezes Stein, durante o primeiro semestre de 2009, no Programa de Graduação e Pós-graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

² Docente. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia – Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901- leilastein@terra.com.br

³ Doutorando em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901- guilhermegdecarvalho@hotmail.com

⁴ Doutorando em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901- rsosantos@gmail.com

⁵ Doutorando em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901- mariana_milano@terra.com.br

⁶ Mestranda em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901- getpera@yahoo.com.br

⁷ Graduando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901- mr.vecchi@hotmail.com

resistência e imobilidade dos trabalhadores, Braverman foi instigado a identificar na relação entre trabalho e capital uma tendência de monopolização do mercado de trabalho. Descreve a gigantesca máquina de controle do trabalho, impulsionada, sobretudo, pela competição por custos de trabalho decrescentes – dotada de grande capacidade de controle sobre o trabalho. Assim, seu estudo retoma a categoria trabalho como elemento central para a pesquisa social e propõe o deslocamento da perspectiva gerencial então dominante na Sociologia Industrial e do Trabalho, no seu país. O trabalho operário começava a ser questionado por nova perspectiva paradigmática sobre as novas classes trabalhadoras. Por esse motivo, seu trabalho estava contra a correnteza. Resgatava o estudo de Marx, mesmo diante das provas que indicavam uma redução no trabalho industrial, nos países ricos, e novas formas de trabalho que emergiam e colocavam em questão a legislação trabalhista, a organização do Estado, a concorrência entre mercados e, principalmente, o perfil do trabalhador e os sindicatos ⁸.

Por outro lado, cunhou nova crítica naquele período ao movimento operário, justamente na incapacidade de suas lideranças perceberem os processos de especialização da gerência do capital sobre o trabalho. Aponta que os marxistas dos anos 60 e 70 deixaram de refletir sobre as minúcias da relação no processo de trabalho e, ao contrário, refletiram sobre **monopólio, imperialismo, nacionalismo, crises e paradas do capitalismo** e problemas na **transição do capitalismo para o comunismo**. No entanto, para Braverman, diante da transformação reiterada dos meios de subsistência da classe trabalhadora em capital e da mercantilização geral da vida, o consumo da classe trabalhadora também passa a integrar a valorização do capital. Mudam os hábitos, a cultura operária, seu lazer. Muda a cultura política da classe e suas instituições de representação. Por esta via é que aponta sua avaliação de uma relativa domesticação das lideranças dos trabalhadores norte-americanos.

A classe trabalhadora sindicalizada, intimidada pelo grau de complexidade da produção capitalista, e enfraquecida no seu ímpeto revolucionário original pelos ganhos proporcionados pelo rápido incremento da produtividade, perdeu cada vez mais ânimo e ambição de arrancar o controle das mãos capitalistas, e tendeu mais a barganhar por participação do trabalho no produto. [...] (BRAVERMAN, 1987, p.21).

Enquanto isso, as empresas avançavam em processo de controle do trabalho, partindo, principalmente, da inteira subordinação da ciência sob seu controle e conquistam o domínio científico da produção.

Pensar na atualidade de *Trabalho capital monopolista* implica no reconhecimento dos limites dessa obra, bem como a sua capacidade de fazer pensar sob novas perspectivas capazes de superarem a sua própria obra original, para ir além das críticas que ela carrega. Um dos críticos, mas ao mesmo tempo contribuidor e caudatário de grande importância a Braverman é Michel Burawoy, para quem

[...] a ruptura com a sociologia profissional, marcada pelo clássico de Braverman e o programa de pesquisa que ele inaugurou, foram seguidos por uma transição, nos anos 1990, do estudo do processo de trabalho para um comprometimento com o movimento dos trabalhadores [...]. A mudança da estrutura para a ação, do processo para o movimento, de uma sociologia

⁸ Confira Foster (1997) e Palmer (1999).

profissional crítica para uma sociologia pública crítica do trabalho, ocorreu no mesmo período do maior declínio do movimento sindical [...] em 2006 [...]. (BURAWOY, 2008, p.30)

Sempre que os sociólogos se deparam com a intensificação da exploração do trabalho e a **acomodação** dos trabalhadores a essas novas condições, são impelidos a encontrar respostas ou na falta de iniciativa das direções sindicais ou na “corrupção” da classe trabalhadora, que teria supostamente trocado a coletividade pela individualidade, pelo consumo ou pela vantagem particular. Braverman reconhece o mérito do capital, nesse sentido, porque atribui a falta de resistência à adoção de métodos capazes de controlar a classe trabalhadora no seu ambiente de trabalho. Nesse sentido, a teoria crítica ganha força quando mostra que é preciso pensar para além do ambiente de trabalho, sobretudo, quando se analisa as condições humanas na atualidade e o jogo ideológico em cena. E é aí que as críticas a Braverman podem ser superadas.

A resenha que se apresenta segue nesse caminho. Pretendemos apresentar *Trabalho e capital monopolista* pensando em sua atualidade, mas principalmente debatendo um dos conceitos chaves para Braverman (1987) e que seria, em nosso entendimento, um dos limitadores para que sua pesquisa possa ser compreendida para os dias de hoje com o grau de importância que merece, ou seja, além de um olhar crítico sobre a tese de Braverman (1987), pretendemos apontar pistas que julgamos importantes para superar seu limite. Nossa preocupação trata do que ele denomina de **degradação do trabalho**, termo que está no subtítulo do seu livro e que forma um dos pilares conceituais de sua interpretação. Essa preocupação decorre não apenas das críticas ao trabalho de Braverman, mas também das questões que vêm à mente quando lemos este livro e nos deparamos com um mercado de trabalho flexibilizado, heterogêneo, enxuto e onde as táticas de gestão passam a ser percebidas por sua complexidade, sua sutileza e sua capacidade em manter uma classe trabalhadora ativa para o trabalho, mesmo diante da desvalorização da força de trabalho, do aumento dos ritmos para execução das tarefas e da precarização das condições de trabalho.

“Degradação do trabalho” em Braverman

Logo na introdução, Braverman (1987, p.15-16) diz que “[...] a moderna tendência do trabalho, por sua dispensa de ‘cérebro’ e pela burocratização está ‘alienando’ setores cada vez mais amplos da população trabalhadora [...]”. Esse apontamento é realizado de forma mais incisiva nos capítulos 3 “A divisão do trabalho”, quando afirma que o modo capitalista de produção rechaça os referenciais tradicionais e adota o princípio alternativo de Babbage, que teria se tornado a força que rege todas as formas de trabalho na sociedade capitalista, atestando que o parcelamento do processo de trabalho é instrumento para tornar mínimo o aprendizado e a aptidão necessária para os inúmeros procedimentos. Assim, com a elevação dos níveis de fragmentação do trabalho e, por consequência, a subdivisão das tarefas por trabalhador, ascendem os graus de controle da gerência e diminuem os custos de produção. A produção capitalista atuaria em sentido destrutivo em todas as esferas periciais à sua volta, e originaria ocupações e qualificações inerentes e assentadas às suas necessidades.

No capítulo seguinte ele nos mostra que a ascensão da “gerência científica”, pautada pelos métodos tayloristas de organização do trabalho, teria por objetivo não apenas o controle sobre o processo produtivo, mas também a expropriação do caráter intelectual do trabalho do trabalhador. A separação entre trabalho manual e trabalho mental, decorrente da cientificação do

trabalho, retira o caráter autônomo das atividades desenvolvidas no interior dos locais de trabalho. No lugar do artesão de ofício, surge a imagem do trabalhador “chimpanzé”, conforme relato de um operador químico na página 194, resultante da “[...] desumanização do processo de trabalho, na qual os trabalhadores ficam reduzidos quase que ao nível de trabalho em sua forma animal.” (BRAVERMAN, 1987, p. 104). O distanciamento das fases do processo de trabalho restringe o domínio do conhecimento aplicado à produção para alguns poucos e, por efeito, promove a simplificação das tarefas individuais da maioria.

Como fatores potencializadores da degradação do trabalho, conforme entendido por Braverman, estão o desenvolvimento de novas tecnologias ou “mecanização”, como ele prefere. O vertiginoso crescimento, devido à percepção do capital sobre o valor poderoso da ciência como instrumento importante para o empresariado, fez surgir uma série de máquinas e equipamentos que abstraem o conhecimento do antigo ofício, convertendo-o em um instrumento capaz de simplificar o trabalho, exigindo não mais que um simples operador, ao invés do perito. O papel da “revolução técnico-científico” é fundamental para o desenvolvimento do capital monopolista, pois

[...] o trabalho [passa a ser compreendido] não como um esforço humano integral, mas abstrai todas as suas qualidades concretas a fim de reduzi-lo a movimentos universais e infundavelmente repetidos, a soma dos quais, quando misturada a outras coisas que o capital compra – máquinas, materiais etc. – resulta na produção de uma soma maior de capital do que a que foi ‘investida’ no início do processo [...]. (BRAVERMAN, 1987, p.158).

Conhecimentos antes próprios ao artesanato são incorporados em máquinas construídas por engenheiros a fim de obter a máxima eficiência possível do trabalho. Utilizando-se disso, os empresários obtêm maior controle sobre a produção, simplesmente porque por processos automatizados de trabalho o ritmo passa a ser ditado pela própria máquina, independente da vontade do trabalhador. Na análise de Braverman, reforça-se o perfil de um trabalhador simplificado, que pode aprender em algumas semanas a produzir um determinado bem que antes se demorava anos para aprender. Ou seja, não há mais necessidade de se recorrer a um recurso cognitivo, planejado para a produção de um bem ou serviço⁹, pensando no começo, meio e fim do processo produtivo, porque o projeto está separado da execução, uma vez que a tarefa intelectual está abstraída nas capacidades da máquina, impondo uma separação definitiva entre trabalho manual e intelectual, conforme exposto ao longo da parte 2 do livro. Este movimento permitiu a concentração de grandes contingentes de trabalhadores, executando tarefas simples a custo reduzido e com salto de produtividade.

Quando Braverman refere-se à “degradação do trabalho”, ele está defendendo a tese de que o capital, no período monopolista, promove não apenas a precarização das condições de trabalho, com aceleração de ritmos e imposição de movimentos repetitivos. Com o controle sob as mãos da gerência, o processo produtivo deixa de ser dominado pelo trabalhador, com exceção daquela função específica que lhe cabe cumprir. Portanto, por degradação, Braverman também entende a reificação do trabalhador, ou seja, a separação entre a atividade laboral e sobre aquilo

⁹ O estudo de Braverman amplia os princípios da gestão do trabalho fabril também para outras formas de trabalho, como serviços, escritórios e comércio, expostos na parte IV do livro. Assim, as categorias que ele analisa na indústria são aplicadas por ele em outros setores.

que ele produz, a ponto de não identificar o produto do seu trabalho como parte do seu próprio esforço. Nisso residiria o principal fator impeditivo para que a “classe em si” pudesse se converter em “classe para si”.

Para pensar na atualidade do livro

A proposta de Braverman sobre a degradação do trabalho, como aprofundamento da reificação do trabalhador recebeu críticas. O conceito de qualificação que ele atribuiu, questionando o princípio do conhecimento técnico aplicado ao interesse do capital, é apontado por pesquisadores que identificam a necessidade de um saber específico que teria sido ignorado por Braverman. Em uma resenha crítica da obra, Meiksins (1996) aponta algumas das fragilidades da pesquisa, nesse sentido. Seja onde for que seja executado, o trabalhador desenvolve uma maneira própria de realizar a tarefa, aprende a encurtar tempos, a fazer de maneiras diferentes e também a planejar.

Parte disso pode ser observada pela tendência atual em envolver os trabalhadores em atividades cooperadoras, multifuncionais e motivacionais. Wolff (2005, p.132) identifica estratégias empresariais adotadas por meio de novas tecnologias, visando a apropriação desse conhecimento em benefício dos interesses capitalistas. Softwares específicos “[...] conseguem centralizar e manter sob seu domínio informações preciosas [...]”. Estariam a frente destas estratégias empresariais o **modelo japonês** de gestão do trabalho, inaugurando técnicas como o *kan-ban*, rotação de postos, alargamento das tarefas, equipes semi-autônomas, círculos de controle de qualidade e o *just-in-time*. No item de seu livro “Trabalho informatizado: trabalho enriquecido ou nova reificação”, Wolff (2005) aponta para a importância que o *savoir-faire* ganha para o empresariado, na busca por vantagens competitivas no mercado. Ou seja, o conhecimento do trabalhador já não é mais separado da sua atividade manual e isto inclui os saberes desenvolvidos na operação da máquina. Para o mundo atual, informatizado, esse conhecimento precisa ser valorizado, porém, expropriado.

As novas informações extraídas do trabalho vivo, através de sua própria ‘participação’ nas experiências adquiridas e ‘compartilhamento’ delas no interior do processo produtivo, retornam materializadas nos *chips* das máquinas informatizadas, ditando as regras desse mesmo processo [...]. (WOLFF, 2005, p.160).

Entretanto, se o reconhecimento da importância desse conhecimento, significa um avanço para o trabalhador como trabalhador também intelectual, isso não têm redundado em um crescimento do grau de consciência do trabalhador sobre sua própria condição de explorado. Mesmo tendo sua experiência reconhecida como algo útil para a produção, mantém-se não apenas sua condição de expropriado dos meios de produção, mas também de seu próprio conhecimento. Além do produto, agora o trabalhador também não reconhece mais o valor da sua própria intelectualidade. Atualmente, o conhecimento do trabalhador é tanto adquirido, como também transformado em capital sem que ele perceba isso. O movimento atual do capital aponta para a revalorização do saber, principalmente se permanece reificado. Assim, degradação já não poderia ser entendida também como mera simplificação de tarefas.

Michel Burawoy (2008) vai ainda mais longe, nesse debate. As condições impostas pelo que ele denomina de **terceira onda de mercantilização**, iniciada nos anos 1970, seriam determinantes para a existência de **consenso** nos locais de trabalho, impulsionado dentre outras

coisas pela concorrência, pelo exército industrial de reserva, pelo papel de Estados e agências mundiais. Dessa forma, a tese de Burawoy contrapõe-se a de Braverman, posto que verifica a situação de domínio hegemônico sobre a classe trabalhadora, como resultado, principalmente, do domínio técnico-científico do processo de trabalho. Burawoy, por outro lado, não desconsidera a capacidade de conhecimento do trabalhador, mas, influenciado pela teoria crítica, aponta também elementos ideológicos para essa explicação.

Tanto a análise de Wolff como a de Burawoy colocam em questão a noção de degradação do trabalho de Braverman. Apontam, sobretudo, para a necessidade de revisão desse conceito. Reconhecem a existência de um saber próprio do trabalhador e um sentido autônomo para sua consciência, ainda que atue em caminhos viciados, que limitam esse conhecimento para um sentido instrumental. Em outras palavras, degradação não comportaria mais reificação e simplificação de tarefas em um mesmo e único sentido, pois, se antes estes dois elementos andavam par-e-passo com o desenvolvimento capitalista, hoje eles significam coisas distintas.

Em sua resenha, Meiksins (1996, p.116) concorda que o trabalho atual tem sido moldado pelo modelo japonês, adotando-se

[...] especialização flexível [que] são encarados como passíveis de reverter a tendência tradicional de desqualificação e retirar franquias do trabalhador no seio da produção. São vistas como tentativas autênticas, com frequência baseadas em necessidade técnica ou econômica, de ampliar os poderes dos trabalhadores e de reduzir a distância social entre capitalistas e empregados [...].

De todo modo, a nova relação de trabalho não muda a condição da classe trabalhadora como classe dominada, explorada e reificada e, por esse motivo, mantém atual as perspectivas de entendimento do trabalho realizadas por Braverman.

Conforme apontado nesta resenha, a noção de degradação do trabalho merece nova análise, quando se pensa nos dias atuais. Esse apontamento não invalida os argumentos que defendem um futuro sombrio para a sociedade. Braverman aponta já nos anos 1970 para o aumento acelerado do exército de reserva estagnário, população excluída do processo de trabalho que vive em condições marginais e sub-humanas. Nesse contexto, a miséria da massa da população consolidada é inversamente proporcional ao seu suplício pelo trabalho, constituindo-se como os **lázaros** da classe trabalhadora. Como lei geral, observa-se que quanto maior o exército de reserva maior o acúmulo de capital, diante de um fluxo em que homens passam de massa flutuante para estagnária, dando lugar para mulheres e crianças como massa flutuante que, posteriormente, passam a integrar (complementar) a população estagnária. A tendência à monopolização do capital não foi invertida, assim como não foi a apropriação da mais-valia, o papel do Estado, as trocas mercantis e o crescimento da miséria. Nesse sentido, *Trabalho e capital monopolista* representa uma crítica pertinente da sociedade capitalista e sob a qual qualquer sociólogo do trabalho não poderia refletir sem antes lê-lo atentamente.

REFERÊNCIAS

BURAWOY, M. A sociologia da terceira onda e o fim da ciência pura. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n. 24, p.29-50, 2008. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/seer>>. Acesso em: 04 maio 2009.

FOSTER, J. B. Trabalho e capital monopolista vinte anos depois. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 43, jan. 1997. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=43&cod_not=688>. Acesso em: 04 maio 2009.

MEIKSINS, P. Trabalho e capital monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n.3, p.106-117, 1996.

PALMER, B. Before Braverman: Harry Frankel and the American workers' movement.(Harry Braverman) . **Monthly Review**, New York, v.50, n.8, p. 33-46, Jan. 1999. Disponível em: <http://vnweb.hwwilsonweb.com/hww/results/results_single_fulltext.jhtml;hwwilsonid=BTFCFCSTYTCTJQA3DILCFGOADUNGIIV0>. Acesso em: 04 maio 2009.

WOLFF, S. **Informatização do trabalho e reificação**: uma análise à luz dos programas de qualidade total. Campinas: Ed. da UNICAMP; Londrina: EDUEL, 2005.